

À Margem da História

Surgem de todos os lados os sinais de que o Brasil, afogado por uma inflação superior a 20%, atolado num déficit público em níveis recordes e comprimido por indícios de recessão e desemprego, pode ser também empurrado para a retaguarda da história econômica contemporânea.

O coquetel de erros no qual o país foi mergulhado vai da mais completa desarticulação dos preços relativos, inaugurada com o congelamento do Cruzeiro e mantida para servir a fins políticos dos quais se beneficiou o PMDB, até a moratória na dívida externa, que prometeu o céu aos ingênuos. Vai dos juros escorchantes a curto prazo à insolvência que se alastrá, e da fuga de capitais à obtusa resistência em abrir um diálogo com as instituições internacionais. Chegamos à crise sem o Fundo Monetário e dele continuamos distantes.

Pior que tudo isso, porém, são as brasas assoprad as nos bastidores da Constituinte e os efeitos perver soss que essa crise vai tendo e vai disseminando por toda a sociedade. Está-se desarticulando o Brasil e está-se insinuando um modelo econômico e social marcado pelo provincianismo, pela baixa cultura, pela incapacidade de absorver as lições da história contemporânea, ou de vincular o país às melhores correntes de idéias e de modernidade.

Onde a culpa e onde os culpados? Vive-se a síndrome provinciana que deseja fechar o país sobre si mesmo, no exato momento em que toda a economia internacional se abre para mais integração e mais intercâmbio. Vive o mundo lá fora desde a "glasnost" soviética até o rápido processo de integração das economias do Mercado Comum Europeu. Vivem as nações mais industrializadas processos vigorosos de revisões institucionais, onde o velho e surrado modelo da tecnoburocracia estatal que predominou da Espanha franquista até uma Albânia comunista ou uma indecisa Polônia, é descartado ou sacudido em benefício de outro relacionamento entre o capital e o trabalho.

É a humanidade que está mudando. Não são apenas os países e os Estados, pois a cultura se dissemina na Europa, nos Estados Unidos, no Japão e até mesmo no fechado bloco do Leste europeu comunista com uma velocidade e uma virulência desconhecidas até muito pouco tempo. Caem as barreiras, caem os tabus, os povos aprendem uns com os outros e renovam suas experiências.

De uma Espanha pós-franquista e monárquica, com um regime socialista que abre as portas ao capital estrangeiro, a uma França ou uma Grã-Bretanha conservadoras, os modelos que se consagram procuram aumentar a participação e o interesse dos empregados nas empresas, através da abertura do capital e da desestatização, destronando-se a burocracia privilegiada que transformou o poder em causa própria e o Estado num biombo elitista.

Ilhado e distante, que espetáculo oferece o Brasil de hoje? O de um pseudonacionalismo, baseado em

reservas de mercado que apenas nutrem cartórios, e de uma tendência a continuar inchando a máquina estatal, pois isso interessa à burocracia, à manutenção de privilégios e à rotação das gerências, num processo vergonhoso onde os que assumem o poder político em nome da democratização passam a lotear os cargos e a herdar as mordomias. Compare-se, apenas a título de exemplo, o processo de privatização de empresas na França ou na Grã-Bretanha, onde se estipula a participação e o estímulo à compra de ações pelos empregados, com o que ocorre no Brasil de hoje. Aqui, o Estado se apropria da poupança de forma vertiginosa, concentra o poder em suas mãos e infla a capacidade burocrática de decidir os destinos da sociedade. Estamos regredindo em termos participativos, estamos no caminho rápido de uma sociedade prematuramente envelhecida, rançosa, reacionária.

Sofremos a síndrome de uma baixa cultura que tem muitas causas, as quais vão desde a origem intelectual e a formação política de amplos segmentos dos Constituintes, até a desarticulação empresarial, de onde deveriam partir propostas mais sérias e ordenadas para que se recosture a esfarrapada estrutura econômica do país.

Vivemos uma síndrome na qual o Estado viciou as lideranças através do clientelismo, da garantia de encomendas e de privilégios, gerando concentrações e guetos que pairam sobre os demais, sem sequer terem a clara consciência do papel renovador que podem exercer num processo político mais dinâmico. Cada um fala numa direção e tenta salvar seus próprios interesses e nichos. Há um gueto industrial, um gueto financeiro, um gueto do comércio interno ou externo, um gueto sindical, e tudo isso diverge abrindo espaço para a articulação e o sopro das brasas pelo gueto xenófobo e estatizante que manobra nos bastidores partidários do país.

Sindicatos e empresários podem encontrar alternativas melhores que o atraso de décadas, para o qual o Brasil está sendo empurrado velozmente pela crise. É preciso repensar a fundo as formas de participação social e empresarial sem provincianismo nem medo de olhar para fora, para ver o que os outros fizeram ou estão fazendo de melhor que nós, superando arcos de tendências políticas e culturais distintas, como ocorre hoje em toda a Europa, do Leste ao Oeste, por cima de fronteiras, línguas, religiões e regimes. O Brasil não pode partir para a mendicância intelectual implícita nos modelos fechados, que a pretexto de defender a nacionalidade apenas nos tornam anões, fracos e incapazes de competir num mundo onde a tônica é o intercâmbio e a queda de tabus ou fronteiras. Ou o pensamento da empresa privada e das tendências políticas liberais se articulam para produzir um modelo melhor que o modelo autárquico, ou estaremos abrindo o caminho para o fogo que os sopradores das brasas isolacionistas querem acender.